FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE PORTO BELO

Rua Aderbal De Souza, Nº 150, Bal Pereque · Porto Belo/SC · CEP 88210000

Contato: famap.atendimento@portobelo.sc.gov.br · 4730987737

Declaração de Atividade Não Constante na Resolução CONSEMA 11576/2026

Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

https://sinfat.ciga.sc.gov.br/licenca/baixar/135391/69188

Empreendedor

Nome: VIVA CASA ITALIA LTDA

CPF/CNPJ: 69309554000171

Endereço: Avenida Vereador Pedro Elias Rodrigues, nº 320 - SALA 108 LOJA 112 EDIF VERTICE, Alto Perequê

CEP: 88212210

Município: PORTO BELO

Estado: SC

Empreendimento

VIVA CASA ITALIA LTDA - 69309554000171

Endereço: Avenida Vereador Pedro Elias Rodrigues, nº 320, Alto Perequê

CEP: 88212210

Município: PORTO BELO

Estado: SC

Coordenadas UTM: X 737424.86, Y 6993077.456

Descrição do Empreendimento

Descrição do Empreendimento

VIVA CASA ITÁLIA LTDA.

Nome Fantasia:
CASA ITÁLIA.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente.
A autenticidade das informações e de seus assinantes pode ser verificada submentendo o documento original ao site https://validar.iti.br

Código e descrição da atividade econômica principal:
47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns.

Código e descrição das atividades econômicas secundárias:
47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas;
47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente;
56.20-1-04 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar.

Análise técnica

Entende-se que foram atendidos minimamente os requisitos ambientais para emissão de Declaração de Atividade Não Constante na Resolução CONSEMA 251/2024.

A FAMAP não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais e documentos apresentados nesta licença, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto à eficiência destes, de inteira responsabilidade da empresa responsável e seus responsáveis técnicos.

Conclusão

Diante do exposto, observa-se o cumprimento das exigências mínimas relacionadas à legislação ambiental acerca da emissão da Declaração de Atividade Não Constante na Resolução CONSEMA 251/2024.

Declaração

Conforme resolução CONSEMA n° 250/2024, art 2°, XXV - Declaração de Atividade Não Constante é o documento que declara que a atividade não integra a Listagem de Atividades Sujeitas ao Licenciamento Ambiental e, portanto, não passível de licenciamento ambiental. Esta Declaração de Atividade Não Constante (DANC), NÃO se configura como documento autorizativo para instalação, operação ou ampliação da atividade ou empreendimento.

Esta declaração está vinculada à exatidão das informações prestadas pelo empreendedor/requerente no ato do requerimento e no Parecer Técnico de número 52716/2026 .

O órgão ambiental poderá, a qualquer momento, exigir o licenciamento ambiental caso verifique discordância entre as informações prestadas e as características reais do empreendimento/atividade.

Prazo de Validade

A presente declaração foi **emitida em 06 de novembro de 2026** e é **válida até 06 de novembro de 2030**, observadas as condições deste documento.

Advertência

Os dados e informações apresentados são de inteira responsabilidade do empreendedor e do responsável técnico que o representa. Lembramos que a apresentação de informações ou documentos falsos é crime, ficando os responsáveis sujeitos às penalidades previstas na LEI 9.605/98, Art. 69-A. Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão: Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 1o Se o crime é culposo: Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente.
A autenticidade das informações e de seus assinantes pode ser verificada submentendo o documento original ao site https://validar.iti.br

§ 2o A pena é aumentada de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), se há dano significativo ao meio ambiente, em decorrência do uso da informação falsa, incompleta ou enganosa.

Data, local e assinantes

PORTO BELO, 06 de novembro de 2026

DIEGO DAURI PEREIRA

Diretor Administrativo

Documento assinado digitalmente por DIEGO DAURI PEREIRA (CPF: •••.570.419-••)
Data: 06/11/2026 07:52